

OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

Pensamento económico do Papa Francisco

O Papa Francisco não fala de uma revisão completa da economia, denuncia a dominação das regras do mercado, do capitalismo sem controle, sobre os seres humanos

**Oscar Afonso**

O Papa Francisco, na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, analisa a economia global e, sem ter a pretensão de discutir teorias económicas, aborda, como questão central, a necessidade de a economia assentar na dignidade da pessoa humana.

O Papa Francisco faz uma análise contemporânea, afirmando que o capitalismo deixado à sua própria sorte, sem auto-referencial, é um sistema que se move em função dos seus propósitos. Quando fala do amor pelo dinheiro, revela que essa é, por excelência, a forma de existência do capitalismo selvagem, que expurga a igualdade, a solidariedade, a liberdade, a fraternidade e o amor ao próximo. Valores que foram sendo dissolvidos pelo espírito competitivo dos mercados e pela conseqüente valorização excessiva do dinheiro e do consumismo.

Como sabemos, a economia é a ciência social que estuda a forma como as sociedades utilizam recursos escassos para produzir bens e serviços com valor e como os distribuem pelos vários indivíduos. Tendo em conta, por um lado, a escassez de recursos e, assim, de bens e serviços e, por outro lado, as necessidades ilimitadas, há que fazer escolhas, operando com eficiência. Nesse processo, nas economias ocidentais, o mercado resolve as três questões essenciais, através do funcionamento do mecanismo de determinação de preços. O que produzir é determinado pelos “votos monetários” dos consumidores, já que na prossecução do lucro as empresas vão produzir os bens e serviços cuja receita supera os custos. Como produzir é determinado pela concorrência entre os produtores, que, para obterem lucros, recorrem aos métodos de produção mais eficientes. Para quem produzir depende, desde logo, do poder aquisitivo da população.

Usando as palavras do Papa Francisco, para que a economia seja “a arte de

alcançar uma adequada administração da casa comum, que é o mundo inteiro”, e porque “a dignidade de cada pessoa humana e o bem comum são questões que deveriam estruturar toda a política económica”, e como para tal a mão invisível do mercado não chega, o Estado deve promover a eficiência, fomentando a concorrência, reftreando tentativas de abuso de posição dominante, combatendo as externalidades negativas e fornecendo bens públicos. Além disso, porque mesmo maximizando eficiência a equidade não fica garantida, o Estado deve também redistribuir o rendimento entre grupos particulares, através de impostos, subsídios e transferências.

Porém, sobretudo depois dos anos 80, assistiu-se à libertação dos mercados das peias programadoras, reguladoras e disciplinadoras dos Estados, de modo que a dominação do mercado conduziu à hegemonia dos bancos, da bolsa, da livre circulação do capital, enfim da financeirização desligada da produção e que transformou a apropriação de rendimentos, sem os produzir, numa das formas dominantes de enriquecimento de alguns. Recorde-se que a expansão do capital fictício, apoiado pelos Estados (como o demonstram os “paraísos fiscais”) tem dado lugar, por exemplo, aos produtos financeiros tóxicos e à expansão da economia paralela. Quem formula políticas foi erradamente considerando que os mercados organizavam eficazmente toda a esfera económica e a sociedade humana transformou-se numa “sociedade de mercado”.

Neste contexto e como o Papa Fran-

cisco sustenta, as desigualdades sociais são o maior desafio económico do nosso tempo, “a raiz dos males sociais”, não apenas para os pobres, mas para todo o mundo. Não se trata de rejeitar o mercado, o dinheiro ou o lucro, trata-se de denunciar a dominação do mercado sobre o ser humano, a obtenção de dinheiro e lucro sem ética e de rejeitar que a exploração esteja no centro do lucro.

O Papa Francisco não fala de uma revisão completa da economia, de uma revolução, mas denuncia a dominação das regras do mercado, do capitalismo sem controle, sobre os seres humanos. E, nesse sentido, remete para a ideia de que o ponto de inflexão tem a ver com a relação entre o mercado e a sociedade, e prossegue dizendo “peço a Deus que cresça o número de políticos capazes de entrar num autêntico diálogo” porque “o crescimento equitativo [...] requer decisões, programas, mecanismos e processos [...] orientados para uma melhor distribuição dos rendimentos, para a criação de oportunidades de trabalho, para uma promoção integral dos pobres que supere o mero assistencialismo”. “Se realmente queremos alcançar uma economia global saudável, precisamos [...] de um modo mais eficiente de interacção que [...] assegure o bem-estar económico a todos [...]” e que coloque o ser humano no centro da actividade económica.

Escreve à sexta-feira

**O Papa Francisco numa aclamação na cidade do Vaticano****SESSÕES CONTINUAS****LAURO ANTÓNIO**

O Presidente tem um problema

A entrevista de António Costa à RTP, na passada quarta-feira, deixou algumas indicações interessantes. Para ser sincero, a aposta numa mudança significativa de política de governo desde que o presidente da Câmara de Lisboa surgiu como potencial candidato a PM, tinha ficado um pouco comprometida com algumas hesitações e silêncios seus. Sou partidário dos políticos deixarem de prometer o que não sabem poder cumprir, e por isso aceito bem, e prefiro, alguma modéstia de propósitos em vez de se alardear uma verborreia de promessas que cheiram a tudo menos honestas. Sabe-se que, no quadro da actual situação do país, há que cumprir compromissos e bater a bola baixinho quanto a aumentos. Mas é essencial outra política e, no quadro dessa “outra política”, é fundamental abrir caminho à esperança. O que o governo actual nunca fez, até agora que se aproximam eleições.

António Costa foi desta feita muito mais claro quanto a um certo número de questões. Já se percebeu que a sua mensagem de esperança tem um prazo: a agenda para uma década. Não é trabalho para ser feito de um ano para o outro, mas para se cumprir em dez anos. Quem não for utópico ou não estiver mal intencionado, compreende que, mais ano, menos ano, essa é a realidade dos factos. De resto, acho bem que António Costa tenha o seu jogo na manga durante os próximos meses. Ele ainda nem sequer é oficialmente secretário-geral do PS, menos ainda candidato oficial a PM. Recato respeita-se, assim sendo.

Mas a estocada de mestre foi dada na resposta a um pergunta sobre a não alteração da data de eleições por parte do Presidente da República. “Não sou eu que tenho um problema, é o Presidente da República.” Na verdade, não recuando a data das eleições, e ao afirmar que o próximo governo terá de possuir um apoio maioritário na Assembleia da República, Cavaco Silva acaba por definir uma de duas vias: ou o PS, ou outro partido, obtém maioria absoluta e pode formar governo sem problemas de maior, ou nenhum partido a obtém e o País fica refém de um presidente nessa altura já sem poderes para alterar seja o que for. Se as eleições forem entre 14 de Setembro e 14 de Outubro de 2015, só alguns meses depois, e já com novo Presidente entretanto eleito, este poderá exercer as funções constitucionais que permitam negociar um governo maioritário. Até lá, o país que se governe sem governo. Novidade? Nem tanto. *Escreve à sexta-feira*